

CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO AO CONTRATO

DE

Aquisição de Serviços de Refeições - Ano 2017

PARTE I – Cláusulas Jurídicas**Secção I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objecto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **Aquisição de Serviços de Refeições - Ano 2017, cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.**

Cláusula 2.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª**Prazo do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até **31/12/2017**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª**Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a

Município de Fafe

obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II - Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos;

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª**Objecto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.ª**Prazo do dever de sigilo**

O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 7.ª**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, que não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores unitários:
 - Menu 1 – Preço-base unitário 8,00€ – 205 Refeições
 - Menu 2 – Preço-base unitário 12,00€ – 150 Refeições
 - Menu 3 – Preço-base unitário 16,00€ – Menu 3 – 90 Refeições

Município de Fafe

2. **A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.**
3. O somatório das quantias a pagar ao prestador de serviços em função das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato **não pode, em qualquer caso, ser superior a 4.880,00 €, valor sem .**
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para os respectivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

Cláusula 8.ª**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a recepção pela mesma das respectivas facturas, nos termos do art.º 36º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva e após o fornecimento dos bens, nos termos do art.º 9º, nº 1, da LCPA, Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens em causa, **nos termos do previsto na PARTE II - Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
3. Para além dos requisitos constantes do n.º 5 do artigo 36º do CIVA, com discriminação dos bens bens/serviços fornecidos, a quantidade e preços unitários, a factura deve igualmente mencionar o número do procedimento de contratação (16/ABS/2017), bem como o número de compromisso (requisição externa da despesa), e deverão ser emitida em nome do Município de Fafe e entregues no Edifício da Câmara Municipal, sito na Avenida 5 de Outubro, 4824-501 – Cidade de Fafe, no prazo de 5 dias após a sua emissão;
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através **de transferência bancária.**
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
6. O fornecedor fica ainda, obrigado junto dos respetivos sítios de internet para o Município consultar a situação contributiva junto da Segurança Social (www.seg-social.pt) e pagamento de impostos ao estado (www.portaldasfinancas.gov.pt).

Cláusula 9.ª**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação de serviços objecto do contrato, até 20% do valor da proposta apresentada;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% valor da proposta apresentada.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor/prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a respectiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

Município de Fafe

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª**Resolução por parte da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 12.ª**Resolução por parte do prestador de serviços**

O fornecedor/prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 13.ª**Seguros**

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços, actividade profissional ou fornecimento de bens.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 14.ª**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor/prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas**OBJECTO DE CONTRATO:**

“Aquisição de Serviços de Refeições - Ano 2017”

1 - Objetivo Geral e Específico da Prestação de Serviços

Tendo em consideração que em muitas iniciativas do Município de Fafe faz parte do rider de hospitalidade a disponibilização de refeições (almoços e jantares) às equipas de produção, técnicas e artísticas, esta aquisição de serviços pretende assegurar padrões de qualidade nos serviços de refeições, de modo a elevar a satisfação de todos os que visitam Fafe, ainda que para a exercer a sua profissão.

2 - Enquadramento da Prestação de Serviços

Aquisição de serviços de refeições (almoços e jantares) para todos os produtores, técnicos, artistas e outros convidados, que sejam convidados a participar nas atividades culturais, desportivas, educativas e sociais regulares do Município de Fafe.

3 - Caracterização do Serviço

Município de Fafe

do número de refeições a servir e da tipologia de menu a servir; aceitação por parte do prestador de serviços até 3 dias antes da realização das refeições.

6 - Propostas variantes (indicar os atributos e as variações admitidas), caso sejam aceites propostas variantes;

Não são aceites propostas variantes.

7 - Datas e Horários de prestação dos serviços;

A prestação de Serviços, nomeadamente a hora a que terão de ser servidas as refeições, deve ser indicada pelos serviços do Município de Fafe.

Programação / Quantidades de Refeições:

		MENU 1	MENU 2	MENU 3
26/2017	Programação Teatro-Cinema			
	4820 – Cantautores	20	20	
	Espetaculo de Dança EBFafe	10		
	Jazz em Fafe		20	20
	Outros Concertos Música		20	30
26/2017				
	Museu das Migrações e das Comunidades	20		
28/2017	Outras actividades no âmbito da Cultura			
	Encontro de Palhaços do Mundo	20		
	Encontro Pedagógico Teatro p/Infancia	20		
	Exposição de Artes Plásticas		10	
	Jornadas Literárias	10	10	
	Programação de Verão		20	
29/2017	Evento Terra Justa			
	Terra Justa			40
43/2017	Promoção Turística do Concelho (Eventos Desportivos Nacionais/Internacionais)			
	Feiras Francas		20	
	Festas da Cidade		20	
42/2017	Promoção Turística do Concelho (Festival da Vitela)			
	Festival da Vitela	40		
43/2017	Promoção Turística do Concelho (Eventos Desportivos Nacionais/Internacionais)			
	Volta a Portugal		10	
	Rali de Portugal	20		
	Outros Ralis (Serras de Fafe, Montelongo)	10		
36/2017	Outros Actividade de Promoção do Desporto			
	Festa do Desporto	25		
	Encontros de Desporto (Natação, Basquetebol, Andebol e Outros)	10		
	Total	205	150	90

Município de Fafe

Aquisição de serviços de refeições (almoços e jantares) para todos os produtores, técnicos, artistas e outros convidados, que sejam convidados a participar nas atividades culturais, desportivas, educativas e sociais regulares do Município de Fafe, de acordo com os seguintes menus:

Menu 1

Entrada: Manteiga, Pão

Sopa

Prato Carne ou Peixe do Dia

Sobremesa: Doce ou Fruta do Dia

Bebidas: Vinho da Casa, Refrigerante, Cerveja e/ou Água

Café

Menu 2

Entradas: 3 iguarias regionais: Pão, Salgados, Enchidos, Queijos

Sopa

Prato Listado no Cardápio: Vitela Assada à Moda de Fafe, Bacalhau, Pescada ou Outro

Sobremesa: Listada na Carta

Bebidas: Vinho Regional, Refrigerante, Cerveja e/ou Água

Café

Menu 3

Entradas: 5 iguarias regionais: Pão, Salgados, Enchidos, queijos, legumes/Leguminosas, azeitonas

Sopa

Prato Listado no Cardápio: Vitela Assada à Moda de Fafe, Bacalhau, Pescada ou Outro

Sobremesa Listada na Carta

Bebidas: Vinho Regional, Refrigerante, Cerveja e/ou Água

Café

4 - Requisitos e Especificações Técnicas do Serviço a Prestar

Menu 1 – Preço-base unitário 8,00€

Menu 2 – Preço-base unitário 12,00€

Menu 3 – Preço-base unitário 16,00€

Menu 1 – 205 Refeições

Menu 2 – 150 Refeições

Menu 3 – 90 Refeições

5 - Condições e Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases: reserva de mesa, a efetuar pelos serviços do Município de Fafe, com 5 dias de antecedência em relação do dia de almoço ou jantar, com indicação

Município de Fafe

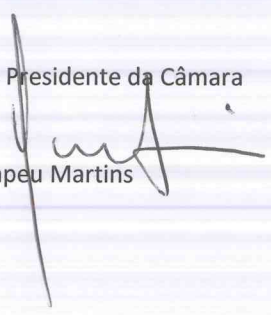
8 - Caução

Não é aplicável.

Data:

O Vice - Presidente da Câmara

Dr. Pompeu Martins

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pompeu Martins', written over the text 'Dr. Pompeu Martins'.